

Projecto de Resolução n.º 238/XV/1.<sup>a</sup>

Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa no alargamento do Programa de Gratuitidade de Passes em Transportes Públicos a todos os alunos do ensino superior deslocados

Exposição de motivos

Este ano, entraram quase 50 mil estudantes na 1.<sup>a</sup> fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, o segundo mais elevado número de sempre<sup>1</sup>.

Num contexto de subida generalizada de preços o Governo deve centrar as suas opções governativas, sobretudo agora, no arranque do ano letivo onde os efeitos da crise são sentidos de forma dura e transversal por todos os portugueses, mas ainda de forma mais abrupta pelas famílias com filhos a estudar no ensino superior e que foram colocados em Universidades ou Politécnicos fora da sua área de residência, obrigando-os a procurar alojamento.

Para além de entendermos que deve ser priorizado um firme combate à perda de poder de compra das famílias, a vários níveis, devem cumulativamente ser criadas condições para garantir que estes alunos não abandonam o ensino superior por falta de meios financeiros.

Sublinhamos que no ano letivo de 2020/2021, entre as licenciaturas, a percentagem dos alunos que saíram do sistema durante o primeiro ano foi de 10,8%<sup>2</sup>.

E pese embora, o Governo tenha anunciado o reforço dos apoios sociais para o ensino superior público a partir de setembro, as dificuldades financeiras são sentidas também pelas famílias situadas em escalões de rendimento superiores, e, portanto, sem direito a estes apoios.

---

<sup>1</sup> [Colocados no ensino superior: a lista curso a curso | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)

<sup>2</sup> [Ensino Superior. "Este abandono não surpreende. É preciso criar condições nas universidades" \(dn.pt\)](#)

As despesas relacionadas com o alojamento são o que mais pesa no orçamento mensal, sobretudo no Concelho de Lisboa, e são um motivo de preocupação todos os anos para os pais dos alunos deslocados da sua residência habitual, que em Lisboa ronda os 30%<sup>3</sup> do número total de inscritos.

A oferta de quartos no mercado privado é cada vez mais reduzida e a preços mais elevados face ao ano passado, sabendo que o número de quartos para arrendar desceu 44% nos últimos 12 meses, e o preço médio subiu cerca de 10%, é sobretudo em Lisboa e no Porto, que se verifica maior escassez de oferta, diríamos mesmo uma escassez alarmante, e maior aumento de preços no arrendamento privado, factos que se prevê virem a sofrer maior agravamento com a retoma do turismo e o impacto da presente inflação.

No Porto, o custo médio de um quarto aumentou de 250 para 324 euros mensais no espaço de um ano. Em Lisboa, mais 55 euros por mês, fixando-se agora em 381 euros.

Às dificuldades crescentes para encontrar um quarto no mercado privado, soma-se a deficitária oferta pública de quartos para estudantes universitários.

Porém também todas outras despesas do dia a dia sentem o impacto da inflação – água, electricidade, alimentação, materiais escolares, saúde, transportes.

Em 2020, o Programa de Apoio à Redução Tarifária<sup>4</sup>, que possibilitou a redução do preço dos passes sociais nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, para as crianças até aos 12 anos e a redução em 50% para as pessoas com mais de 65, foi um enorme avanço nesta área, com impactos relevantes na diminuição de emissão de gases de efeito de estufa, na diminuição da poluição atmosférica dentro dos principais centros urbanos, na diminuição do congestionamento, do ruído e do consumo de energia.

Em julho de 2022<sup>5</sup>, a Câmara Municipal de Lisboa<sup>6</sup> foi mais longe e divulgava a nota que referia que os transportes públicos gratuitos serão uma das principais medidas a implementar em Lisboa, com o objetivo de incentivar o recurso ao transporte público a todos os residentes em

---

<sup>3</sup> [Ensino Superior: Lisboa com 30% de alunos deslocados mas só 9,2% têm residências universitárias \(dn.pt\)](#)

<sup>4</sup> [Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos \(PART\) \(imt-ip.pt\)](#)

<sup>5</sup> [Transportes públicos gratuitos em Lisboa. Para quem? E como fazer? - Renascença \(sapo.pt\)](#)

<sup>6</sup> [Transportes Publicos Gratuitos - MUNICÍPIO de LISBOA](#)

Lisboa, com idade igual ou superior a 65 anos, jovens com idade compreendida entre os 13 e os 18 anos, e estudantes de ensino superior até aos 23 anos, e no caso de estarem inscritos em cursos superiores de Medicina ou Arquitetura a medida é alargada até aos 24 anos. Para todas estas situações, define como único requisito para usufruírem deste programa serem residentes no Concelho de Lisboa, fazendo prova de residência mediante apresentação de certidão de domicílio fiscal emitida pelo Portal das Finanças, deixando de fora todos os alunos deslocados quer sejam eles provenientes do território continental ou das ilhas.

A mobilidade é um direito dos cidadãos, e devemos por isso, ir mais longe, podendo esta medida ser eventualmente replicada por outras câmaras municipais no país, e mais abrangente relativamente aos destinatários.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

1. De forma a mitigar o impacto do aumento do custo de vida dos estudantes, em particular os do ensino superior que se encontram deslocados, recomendamos que o Governo estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, no alargamento do Programa de Gratuitidade de Passes em Transportes Públicos, de forma que sejam abrangidos por este novo programa, sem que tenham de alterar a sua morada fiscal, todos os estudantes deslocados que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:
  - a. Ingressem no ensino superior através do concurso nacional de acesso no ano letivo 2022-2023, concluindo a sua inscrição e matrícula;
  - b. Façam prova de residência fiscal situada a mais de 80km do Concelho de Lisboa, mediante apresentação de certidão de domicílio fiscal emitida pelo Portal das Finanças.
2. A parceria deve ser alargada a outras câmaras do país que adotem programas idênticos de gratuitidade de passes para estudantes do ensino superior.

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro -  
Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso – Rui  
Paulo Sousa